

Governança no setor público: indicadores de governança do banco mundial e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

*Governance in the public sector:
worldwide governance indicators and
their relationship to the Millennium
Development Goals*

Ahmed Sameer El Khatib*

Pós doutorando em Contabilidade. Doutor em Administração de Empresas. Assessor Especial Parlamentar de Assembleia Legislativa de São Paulo.

Resumo: Em setembro de 2000, refletindo e baseando-se na década das grandes conferências e encontros das Nações Unidas, os líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU. Com a Declaração, as Nações se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos – com um prazo para o seu alcance em 2015 – que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Poucos contestam que a boa governança é fundamental para atingir metas internacionais de desenvolvimento, como, por exemplos, os descritos nos ODM, mas as dificuldades em identificar o que torna a governança boa levam muitas vezes a comunidade internacional a recomendar reformas de governança, que os países acham fáceis de ignorar ou relutam para levar adiante. O objetivo deste artigo é empregar um conjunto de modelos de regressão multivariada para ajudar a priorizar as reformas de governança. Os modelos esclarecem se e em que medida os seis indicadores de governança do Banco Mundial (prestação de contas, estabilidade política, eficácia do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controle da corrupção) foram positivamente correlacionados com o progresso dos ODM em 141 países em desenvolvimento. Os resultados também sugerem que o estado de direito, na medida em que os agentes confiam e respeitam as regras da sociedade e, em particular, a qualidade da execução de contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência também tem um efeito estatisticamente significativo no desempenho dos ODM.

Palavras-Chave: Governança. Setor público. Objetivos de desenvolvimento do milênio. Prestação de contas. Estabilidade política.

Abstract: In September 2000, reflecting and drawing on the decade of major United Nations conferences and meetings, world leaders gathered at United Nations headquarters in New York to adopt the UN Millennium Declaration. With the Declaration, the nations committed to a new global partnership to reduce extreme poverty in a series of eight goals - with a deadline of 2015 - that became known as the Millennium Development Goals (MDGs). Few point out that good governance is critical to achieving international development goals, such as those described in the MDGs, but the difficulties in identifying what makes good governance often leads

* askhatib@al.sp.br

the international community to recommend governance reforms, which countries find it easy to ignore or reluctant to carry on. The purpose of this article is to employ a set of multivariate regression models to help prioritize governance reforms. The models clarify whether and to what extent the World Bank's six indicators of governance (accountability, political stability, governance effectiveness, regulatory quality, rule of law, and corruption control) have been positively correlated with MDG progress in 141 countries under development. The results also suggest that the rule of law, insofar as agents trust and respect the rules of society, and in particular the quality of contract enforcement, property rights, the police and the courts, as well as the likelihood of crime and violence also has a statistically significant effect on the MDG performance.

Keywords: Governance. Public sector. Millennium development goals. Accountability. Political stability.

Artigo recebido em 07/07/2019. Aprovado em 23/08/2019.

1 Introdução

Nas últimas décadas, um número crescente de pesquisas sustentou que a boa governança é a condição *sine qua non* para o desenvolvimento das Nações. De fato, a governança foi vista como sendo tão fundamental para o desenvolvimento que a Declaração do Milênio das Nações Unidas de 2000, que introduziu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, incluiu uma meta separada relacionada à governança, intitulada “Parceria Global sobre Desenvolvimento” (ONU, 2000). Após o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, várias outras iniciativas globais destacaram a importância da boa governança não apenas para o desenvolvimento, mas também para o desenvolvimento sustentável, incluindo o documento final da Conferência Rio+20 de 2012, conhecido como “O futuro que queremos”. Dadas essas referências, talvez não seja surpreendente que a governança tenha participado das discussões sobre um conjunto de metas de desenvolvimento pós-2015 e metas de desenvolvimento sustentável recém-propostas, denominadas Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A governança realmente tem fortalecido a implementação de metas de desenvolvimento, em esforços internacionais, e exigido o delineamento claro do que torna a governança boa. As negociações internacionais não apenas exaltaram as virtudes da governança, como frequentemente deixaram os detalhes do que é uma boa governança aberta à interpretação (WEISS, 2000; DOORNBOS, 2001). Essa tendência pode tornar mais fácil para os governos ignorarem pedidos de governança aprimorada, bem como sobrecarregar as capacidades de desenvolvimento para implantação de uma extensa lista de reformas de governança ainda que bem-intencionada. Para tornar a agenda de governança mais factível, alguns autores argumentaram persuasivamente sobre “governança suficientemente boa”, que pode ser definida como um conjunto de mudanças bem definidas e gerenciáveis e que podem motivar os políticos e melhorarem as capacidades administrativas, com a finalidade de alcançarem todas as metas de desenvolvimento (GRINDLE, 2004). Outros autores destacaram temas comuns que permeiam as propostas da organização internacional para melhorar a governança no desenvolvimento de uma

agenda futura, incluindo questões de legitimidade, baseadas em direitos e acesso, bem como estruturas institucionais que funcionem bem para abordar questões de desenvolvimento transversais (OLSEN; ELDER, 2013).

Existe uma quantidade significativa de pesquisas teóricas e empíricas que podem contribuir para a análise da relação entre governança e os ODM. Grande parte destes trabalhos analisou a relação entre uma série de resultados de desenvolvimento e propriedades funcionais da governança, como o controle da corrupção, a democracia (ou voz e responsabilidade), o estado de direito e a eficácia do governo. Além disso, embora grande parte dessa literatura descubra que menos corrupção, mais sistemas democráticos, maior domínio da lei e órgãos públicos mais eficazes estão correlacionados positivamente com os resultados de desenvolvimento, o tamanho e a força dessas relações continuam sendo um ponto ainda não pacificado. Além disso, embora essas visões diferentes tenham sido usadas para examinar os resultados gerais de desenvolvimento ou setores específicos, elas raramente abordam o desempenho de resultados de desenvolvimento intrinsecamente intersetoriais, como se pode captar observando vários ODM. A análise do impacto das diferentes dimensões da governança no desempenho dos ODM oferece uma janela potencialmente reveladora sobre quais elementos do governo são mais importantes para os objetivos de desenvolvimento passados e, possivelmente, futuros.

Dessa forma, este artigo emprega um conjunto de modelos de regressões multivariadas para testar hipóteses sobre os possíveis impactos das propriedades funcionais de governança (capturadas pelos indicadores de governança do Banco Mundial) no desempenho dos ODM.

O estudo é dividido em cinco seções. Na primeira, o artigo revisa a literatura existente para desenvolver hipóteses sobre os impactos das dimensões da governança nos ODM. Na segunda, o artigo discute as variáveis e os modelos de regressão. Na terceira, o artigo analisa os resultados da regressão e discute os efeitos da multicolinearidade. Nas duas últimas seções, o artigo analisa limitações e destaca as implicações para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e os ODS, em uma discussão sobre quais caminhos ou pesquisas poderão ser desenvolvidas a partir do presente estudo.

2 Plataforma teórica

A seguir, nesta Seção denominada “Plataforma Teórica”, serão abordadas as boas práticas de governança; democracia e desenvolvimento; corrupção e desenvolvimento; eficácia do governo e, por fim, o estado de direito.

2.1 Boas práticas de governança

A governança tornou-se tão central para o desenvolvimento das Nações que muitas vezes é difícil mencionarem uma sem a outra. Dado esse vínculo estreito, talvez não seja surpreendente que a governança tenha encontrado seu caminho nos

esforços mais visíveis para moldar a agenda de desenvolvimento nas últimas duas décadas. Introduzido durante um período em que a comunidade internacional de desenvolvimento estava procurando concentrar recursos escassos em um conjunto bem definido de prioridades de desenvolvimento, os ODM superaram as expectativas em muitos aspectos. Por exemplo, o ODM da saúde ajudou a estimular o declínio de crianças morrendo em todo o mundo antes do quinto aniversário, de 11,7 milhões em 1990 para 9,4 milhões em 2000 e 6,8 milhões em 2011 (MCARTHUR, 2013). Embora tenha havido críticas sobre como a governança foi integrada e operacionalizada nos ODM, há menos debate sobre se a governança afetou a saúde acima e outras conquistas (VANDEMOORTELE; DELAMONICA, 2010).

Em função da generalizada importância da governança, há também uma forte chance de que a governança tenha encontrado seu caminho nas negociações sobre o sucessor dos ODM: um conjunto de metas de desenvolvimento pós-2015 e um novo conjunto de ODS. No documento final mais recente do *Open Working Group* (OWG) sobre os ODS, há de fato duas referências pré-verbais à boa governança, uma meta de governança separada com 12 metas e mais de 50 metas capacitantes com alguns elementos de governança incorporados. (OWG, 2014). O relatório sintético recentemente publicado do Secretário-Geral das Nações Unidas intitulado “O caminho para a dignidade até 2030” colocou como meta acabar com a pobreza, transformar todas as vidas e proteger o planeta e mencionou a governança 12 vezes e incluiu duas das cinco seções sobre meios de implementação com estreitos paralelos com a governança (ONU, 2014). Embora este documento dê boas-vindas à atenção à governança, também está atento à literatura que defende uma abordagem mais cautelosa no tratamento da governança nos processos internacionais de formulação de políticas. Sob o argumento apropriadamente chamado de governança boa e suficiente, essa linha de raciocínio mais cautelosa sustenta que a comunidade internacional deve ter cuidado ao advogar reformas de governança para não apresentar aos países falta de capacidades com uma agenda de governança “inflada” e não factível (GRINDLE, 2004).

Felizmente, tem havido uma quantidade significativa de literatura sobre associações com importantes dimensões de governança e desenvolvimento que podem tornar essa agenda mais concreta. Além disso, essa literatura foi muito auxiliada pelo surgimento dos Indicadores de Governança Mundiais (WGI) do Banco Mundial. O WGI baseia-se nas opiniões dos formuladores de políticas, empresários e representantes da sociedade civil relatados em 32 fontes de dados para construir indicadores para seis propriedades funcionais de governança: 1) Voz e Responsabilidade (VA), 2) Estabilidade Política (PS), 3) Eficácia do governo (GE), 4) Qualidade regulatória (RQ), 5) Estado de Direito (RL) e 6) Controle de Corrupção (CC) (ver Tabela 1). O artigo aborda algumas das relações hipotéticas e diferentes medidas de desenvolvimento antes de testá-las em medidas de desempenho dos ODM.

2.2 Democracia e desenvolvimento

O primeiro WGI, *Voice and Accountability* (VA), tem sido indiscutivelmente a área que recebeu mais atenção na literatura de governança. Essa atenção tipicamente olha de forma mais ampla para a relação entre democracia e várias medidas de desenvolvimento, variando de saúde a educação, salários e crescimento econômico. Embora essa literatura de desenvolvimento e democracia seja volumosa (boa parte dela é abordada sob o título de teoria da modernização; ver PRZEWORSKI *et al.*, 2000, para uma revisão), dadas as limitações de espaço, algumas vertentes chaves são destacadas aqui.

Estudos frequentemente citados sugerem que a democracia é boa para o desenvolvimento porque melhora o bem-estar dos pobres (SEN, 1981, 1998). Sen, por exemplo, sugere que as eleições democráticas proporcionam as pobres oportunidades de punir os governos que não permitem o acesso a alimentos, abrigo e outros bens essenciais. Assim, nos sistemas democráticos, os políticos têm incentivos para evitar estrategicamente políticas que enfraquecem ou concentram o desenvolvimento nas mãos de poucos privilegiados (SEN, 1981).

Essas alegações são frequentemente apoiadas pela literatura que sugere que as democracias produzem mais bens públicos e redistribuem a renda mais uniformemente porque são forçadas pelo processo eleitoral a gastar suas receitas em serviços públicos, enquanto o governo autocrático não enfrenta tal referendo sobre seu desempenho (MELTZER; RICHARD, 1981; ACEMOGLU; ROBINSON, 2006). Nazmul *et al.*, por exemplo, afirmam que as democracias gastam mais em educação e sistemas de saúde em países em desenvolvimento porque são responsáveis perante um público votante (NAZMUL *et al.*, 2006). Sen (1999) argumenta ainda que as democracias também permitem a liberdade de imprensa que permite que os pobres se mantenham informados sobre as políticas potencialmente rebeldes de um governo.

Tabela 1 - Definições e dados dos indicadores de governança mundiais

Dimensões		Características
1	Voz e Responsabilização (VR)	Medido pela percepção de até que ponto os cidadãos de um país podem participar na seleção de seu governo, bem como liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre.
2	Estabilidade Política (EP)	Medido pela percepção da probabilidade de o governo ser desestabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência e terrorismo com motivação política.
3	Eficácia do governo (EG)	Medida pela percepção da qualidade dos serviços públicos, a qualidade do serviço civil e o grau de sua independência das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com o governo.

Dimensões		Características
4	Qualidade Regulatória (QR)	Medida pela percepção da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado.
5	Estado de direito (ED)	Medido pela percepção da medida em que os agentes confiam e respeitam as regras da sociedade e, em particular, a qualidade da execução de contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência.
6	Controle da Corrupção (CC)	Medido pela percepção de até que ponto o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo tanto pequenas como grandes formas de corrupção, bem como “captura” do Estado pelas elites e interesses privados.

Fonte: Banco Mundial (2015).

Duas das principais características das democracias - e as que serão apresentadas mais adiante no artigo - são a responsabilidade e transparência. Como sugerido acima, sistemas políticos mais responsáveis e transparentes podem criar incentivos mais fortes para que os tomadores de decisão busquem metas de desenvolvimento, mas estudos recentes mostraram que esses argumentos nem sempre encontram apoio empírico (BROWN; MOBARAK, 2009). Para alguns, a razão para a falta de apoio é que a relação entre os objetivos de desenvolvimento e as democracias se dá na direção oposta - onde o desenvolvimento aumenta a demanda por democratização, e não o contrário. Por exemplo, Mukherjee e Chakraborty (2013) descobriram que o desenvolvimento alimenta demandas por um regime responsável e transparente. Outros estão ainda menos convencidos de que o relacionamento é válido em geral. Para aqueles que subscrevem essa visão mais cética, uma tréplica frequentemente ouvida é que a democracia beneficia grupos de renda mais alta à medida que os benefícios do investimento em assistência social se acumulam para grupos de renda média e alta, politicamente ativos. Os céticos também afirmam que parte da razão para essa desigualdade decorre da incompleta informação sobre política governamental e polarização social (ROSS, 2006; MIYAZAWA; OLSEN, 2013)

2.3 Corrupção e desenvolvimento

Um debate relacionado envolve o efeito da corrupção nos resultados do desenvolvimento. Historicamente, existem duas visões opostas sobre esse relacionamento. A primeira visão enfatiza que a corrupção tem uma influência negativa sobre o crescimento econômico (MAURO, 1995), a desigualdade de renda (GUPTA *et al.*, 1998) e os resultados de desenvolvimento, como educação e saúde (DZHUMSASHEV, 2009). Por exemplo, em uma análise de índices subjetivos de corrupção, burocracia, eficiência do sistema judicial e várias categorias de estabilidade política, Mauro (1995) descobriu que a corrupção (ineficiência institucional) diminui o investimento e, portanto, suprime o crescimento econômico. Embora esse estudo

tenha concentrado no efeito da corrupção na eficiência, Gupta *et al.* (1998) demonstra que a corrupção alta e crescente aumenta a desigualdade de renda e a pobreza pela desaceleração do crescimento econômico, a progressividade do sistema tributário, o nível e a eficácia dos gastos sociais, a formação de capital humano, a distribuição desigual da posse de bens e o acesso desigual à educação. Dzhumshashev (2009) sustenta que o efeito direto da corrupção sobre o crescimento é estatisticamente significativo e que a corrupção cria ineficiências significativas no setor público, com implicações para os setores de educação e saúde.

A segunda perspectiva sobre a relação entre corrupção e desenvolvimento tem uma longa história e assume uma visão marcadamente diferente. Essa perspectiva se concentra na possibilidade de que a corrupção ou o uso de fundos públicos para meios privados realmente “engraxe as engrenagens” de mudança, melhore o desempenho do governo e estimule o crescimento econômico. Por exemplo, Leff (1964) e Huntington (1968) afirmam que a corrupção pode levantar crescimento econômico através de dois mecanismos: 1) “dinheiro rápido”, que ajuda os indivíduos a evitar atrasos burocráticos, e 2) “subornos”, que motiva os trabalhadores a trabalhar mais.

Um terceiro grupo de estudos recentes assume uma posição mais sutil no debate sobre o crescimento da corrupção, concentrando-se principalmente nos canais institucionais por meio dos quais a corrupção opera (PELLEGRINI; GERLAGH, 2004; EVERHART *et al.*, 2009). Pellegrini e Gerlagh (2004), um dos primeiros estudos empíricos que tentaram examinar o efeito da corrupção nos diferentes canais sobre o crescimento econômico, observam que a influência da corrupção parece ser estatisticamente insignificante quando os controles são introduzidos no modelo para fatores relevantes, como o investimento privado. Somando a esse argumento, Everhart *et al.* (2009) observamos que o efeito direto da corrupção no crescimento econômico medido em termos de PIB per capita é difícil de discernir, enquanto o efeito indireto da corrupção através do investimento privado e da qualidade da governança, como qualidade da burocracia e investimento público, aparece mais proeminentemente. Portanto, a corrupção pode ter efeitos negativos e/ou positivos sobre o crescimento econômico, dependendo do mecanismo causal e da operacionalização dos testes.

2.4 Eficácia do governo

Um terceiro conjunto de explicações refere-se ao impacto da eficácia do governo no desenvolvimento. De modo geral, tem havido pouco debate sobre se governos eficazes são melhores para o desenvolvimento. Governos mais eficazes são conhecidos por oferecer proteções mais fortes aos direitos de propriedade que encorajam um maior investimento privado (WEBER, 1979; NORTH, 1991). Eles também são conhecidos por oferecer serviços públicos de maior qualidade, atrair mais investimentos, incentivar mais a acumulação de capital humano, utilizar melhor os

recursos da ajuda externa, acelerar a inovação tecnológica, e aumentar a produtividade dos gastos do governo criando estabilidade política e burocracias eficientes (MAURO, 1995; GUPTA *et al.*, 2002). Em suma, governos de melhor qualidade geralmente têm efeito positivo sobre os resultados do desenvolvimento graças à eficiência na prestação de serviços públicos (MIYAZAWA; OLSEN, 2013).

Na medida em que existem pontos de vista contrastantes sobre o relacionamento, eles tendem a cair em duas linhas. Uma é que os governos eficazes podem não apenas ser capazes de introduzir reformas que promovam o desenvolvimento, mas também reformas que prejudicam o desenvolvimento. Isso poderia incluir, por exemplo, o apoio a indústrias estatais que expulsam o setor privado e desestimulam o investimento estrangeiro. Uma alegação relacionada é que os governos eficazes só podem ser motivados a buscar resultados favoráveis ao desenvolvimento quando forem compelidos a fazê-lo por outras dimensões da governança, como eleições democráticas e imprensa livre. Outros sugerem que essas variáveis motivadoras adicionais podem estar profundamente enraizadas na cultura sociopolítica. La Porta *et al.* (1999), por exemplo, enfatizam que o desempenho do governo é determinado não apenas pelo benefício econômico de um país, mas também por fatores políticos e culturais. Ao avaliar a correlação entre renda per capita e desempenho do governo, eles “acham que a heterogeneidade etnolinguística e o uso de um sistema legal mais intervencionista, como o direito civil socialista ou francês, preveem desempenho inferior do governo”, o que pode, por sua vez, prejudicar desenvolvimento.

2.5 Estado de direito

O quarto e último conjunto de literatura apresentado no artigo apresenta visões variadas sobre o estado de direito. O Estado de Direito era convencionalmente visto como um facilitador do desenvolvimento econômico na medida em que protege os direitos de propriedade, garante garantias justas e confiáveis execução de contratos, apoia a aplicação das leis trabalhistas e fornece verificações sobre a independência do governo e do judiciário. O estado de direito tem como objetivo restringir a predação do governo como principal restrição ao crescimento econômico, mais uma vez enfatizando que, às vezes, o controle do governo é crucial para o desempenho econômico (NORTH, 1991; BARROS, 1997). Discutindo o motivo pelo qual o estado de direito estimula o desenvolvimento, Weber (1979) e North (1991) enfatizam que a proteção do sistema legal de direitos de propriedade e execução de contratos reduz os custos de transação envolvidos em trocas e permite que os recursos sejam transferidos para aqueles que podem usá-los mais produtivamente. Da mesma forma, Barro argumenta que a instituição formal - incluindo a democracia e a qualidade burocrática - não afeta realmente o crescimento, mas um determinante institucional central do crescimento é a proteção adequada dos direitos de propriedade (BARROS, 1997; MIYAZAWA; OLSEN, 2013)

Pontos de vista ligeiramente diferentes enfatizam os efeitos variantes do Estado de Direito entre os países, uma vez que as tradições jurídicas dos países em particular são frequentemente enraizadas em uma cultura, história, política, instituições e concepções de justiça únicas (BERG; DESAI, 2013). Haggard, por exemplo, sugere que as limitações fundamentais ao crescimento que frequentemente existem nos países em desenvolvimento são a incapacidade de fornecer lei e ordem no sentido mais básico, o que muitas vezes resulta em fracasso do estado e governos fracos (HAGGARD, 2011). Berkowitz *et al.* (2000) também mostra que os países que desenvolveram ordens jurídicos internamente, adaptaram a lei do transplante e / ou tiveram uma população que já estava familiarizada com os princípios básicos da lei transplantada têm legalidade mais efetiva do que os países que receberam lei estrangeira sem qualquer predisposição similar. Assim, a relativa facilidade ou dificuldade desse processo de transplante tem um efeito forte, mas indireto, sobre o desenvolvimento econômico por meio de seu impacto sobre a legalidade (BERKOWITZ *et al.*, 2000).

Tabela 2 - Resumo da revisão de literatura

Autores	Variável Independente	Variáveis Dependentes	Resumo
Sen (1981, 1999)	Democracia	Comportamento do Político	As democracias preveem eleições livres e proteções à liberdade de imprensa que responsabilizam os políticos por atender às necessidades básicas e fornecer bens públicos.
Nazmul et al. (2006)	Democracia	Educação e Sistema de Saúde	As democracias têm níveis mais altos de responsabilidade, levando a maiores gastos em educação e saúde.
Brown e Mobarak (2009)	Democracia	Tipo de Regime	O desenvolvimento aumenta a demanda por democratização e não o contrário.
Ross (2006)	Democracia	Níveis de Renda e Desigualdade	A democracia beneficia os ricos, e os benefícios de investir em assistência social se acumulam para grupos mais ativos politicamente ativos. O fornecimento de informações incompletas relacionadas à política do governo e à polarização social comum nas democracias cria uma maior desigualdade.
Mauro (1995)	Corrupção	Crescimento da Economia	A corrupção (ineficiência institucional) reduz os níveis de investimento e retarda o crescimento econômico.
Gupta et al. (1998)	Corrupção	Desigualdade de Renda	Altos níveis de corrupção aumentam a progressividade do sistema tributário, reduzem o nível e a eficácia dos gastos sociais, minam a formação de capital humano e causam distribuição desigual da posse de bens e acesso à educação.

Autores	Variável Independente	Variáveis Dependentes	Resumo
Dzhumsashev (2009)	Corrupção	Educação e Saúde	A corrupção gera ineficiências significativas no setor público, o que reduz os gastos com educação e saúde.
Leff (1964) e Huntington (1968)	Corrupção	Crescimento Econômico	A corrupção pode elevar o crescimento econômico por meio de dois tipos de mecanismos: 1) “dinheiro rápido”, que permite aos indivíduos evitar atrasos burocráticos, e “subornos”, que motivam os trabalhadores a trabalhar mais.
Pellegrini e Gerlagh (2004)	Corrupção	Crescimento Econômico	O efeito da corrupção é estatisticamente insignificante quando se controla o investimento privado e outros fatores.
Everhart et al. (2009)	Corrupção	PIB per Capita	O efeito direto da corrupção no PIB per capita é difícil de ver claramente; o efeito indireto da corrupção é mais perceptível no investimento privado e na qualidade da governança, incluindo a qualidade da burocracia e do investimento público.
North (1991), Mauro (1995) e Gupta et al. (2002)	Eficácia Governamental	Entrega de Serviços Públicos	Governos eficazes estão mais bem equipados para proteger a propriedade e, assim, incentivar um maior investimento privado. Governos eficazes produzem níveis mais altos de estabilidade política e burocracias mais eficientes. Governos mais estáveis e eficientes tendem a estar associados a muitos fatores que possibilitam o crescimento, como a acumulação de capital humano e a inovação tecnológica.
Weber (1979) e North (1991)	Qualidade Regulatória	Desenvolvimento da Economia	A proteção do sistema legal dos direitos de propriedade e da execução de contratos reduz os custos de transação; isso facilita a troca e permite recursos para investidores mais produtivos
Barros (1997)	Qualidade Regulatória	Desenvolvimento da Economia	Instituições formais, incluindo democracia e qualidade burocrática, têm um efeito menos significativo sobre o crescimento do que a proteção adequada dos direitos de propriedade.
Haggard (2011)	Qualidade Regulatória	Desenvolvimento da Economia	O Estado de Direito não apenas impõe restrições ao uso caprichoso do poder do Estado, mas limita o alcance do setor privado aos assuntos públicos.

Fonte: Autor (2019).

3 Desenho metodológico

O desenho metodológico abrange as subseções hipóteses e modelo e descrição das variáveis, conforme demonstrado a seguir.

3.1 Hipóteses

Com base nas revisões resumidas na Tabela 1, especialmente sobre o impacto de dimensões variáveis da governança no desenvolvimento, o artigo pretende testar as hipóteses constantes no Quadro 2. Embora a literatura ofereça diversas visões sobre a possível relação entre democracia (transparência e prestação de contas), a eficácia do governo, corrupção, estado de direito e desenvolvimento, num primeiro momento percebemos que os artigos postulam que estas relações sejam positivas. Na esteira mais específica, este artigo testa as hipóteses de que quanto maior a pontuação nos diferentes indicadores do governo, maior o progresso nos ODM. Além disso, embora não tenha sido extensamente examinado na revisão de literatura pregressa, o artigo também inclui modelos que testam a hipótese convencional de que os dois indicadores adicionais de governança para estabilidade política e qualidade regulatória têm impactos positivos nos resultados de desenvolvimento.

- 1) Países com mais voz e responsabilização terão uma pontuação maior no Índice de Progresso dos ODM.
- 2) Os países com maior eficácia governamental terão maior pontuação no Índice de Progresso dos ODM.
- 3) Os países com um estado de direito mais forte terão uma pontuação mais alta no Índice de Progresso dos ODM.
- 4) Os países que exercem maior controle sobre a corrupção terão uma pontuação maior no Índice de Progresso dos ODM.

3.2 Modelo e descrição das variáveis

Para testar as hipóteses acima, o artigo emprega um conjunto de modelos de regressão multivariada. As principais variáveis independentes nos modelos são as seis variáveis de governança mencionadas, extraídas do WGI do Banco Mundial. Um modelo também inclui controles para o PIB per capita extraídos dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial (para os anos de 2009 a 2013). No segundo dos dois modelos, variáveis *dummies* regionais são incluídas para a Ásia, África e América Latina; isso é feito porque alguns estudos mostraram que diferenças geográficas não facilmente capturadas em variáveis que atravessam regiões podem influenciar o desenvolvimento. Isso também é sugerido em alguns dos argumentos de governança que se referem a fatores condicionantes socioculturais (GALLUP *et al.*, 1998; RODRICK *et al.*, 2014).

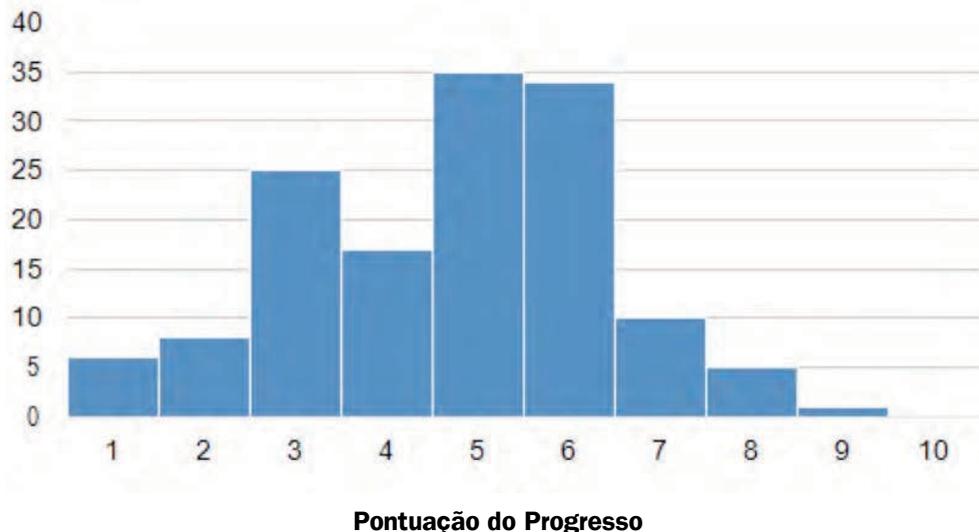
Tabela 3 - Lista de Variáveis

Variáveis Independentes	Variáveis Dependentes	Variáveis de Controle
<p>6 Indicadores de Governança do Banco Mundial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Voz e Responsabilização (VR) • Estabilidade Política (EP) • Eficácia do Governo (EG) • Qualidade Regulatória (QR) • Estado de Direito (ED) • Controle da Corrupção (CC) 	<p>8 ODM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Erradicar a pobreza extrema e a fome • Alcançar o ensino primário universal • Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres • Reduzir a mortalidade infantil • Melhorar a saúde materna • Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças • Garantir a sustentabilidade ambiental • Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • PIB per Capita • Variável Dummy Regional (África, Ásia e América Latina)

Fonte: Autor (2019).

A variável dependente em todos os modelos é um Índice de Progresso dos ODM (CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT, 2011). O Índice de Progresso dos ODM utiliza dados disponibilizados para os anos de 2009 e 2010 e descreve as tendências atualizadas de como os países estão se saindo, em relação as oito metas principais do ODM (pobreza extrema, fome, educação, gênero, mortalidade infantil, mortalidade materna, HIV/ AIDS e água).). O Índice de Progresso dos ODM pontua essencialmente os países sobre se estão no caminho certo (1 ponto), fizeram algum progresso (0,5 ponto) ou não fizeram progressos (0 ponto). As deficiências nos dados continuam dificultando e monitorando os dados perdidos, as revisões e os retrocessos. O MDG *Progress Index* lida com essas possibilidades reportando uma pontuação geral e depois ajustada. As pontuações do índice ajustado dividem os escores regulares dos países pelo número total de indicadores, tanto com a linha de base disponível quanto com observações de dados recentes. Isso é feito para evitar penalizar países com dados perdidos. A pontuação ajustada é usada nos modelos deste artigo. A Figura 1 é um histograma de frequência para essa variável de progresso ajustada; o histograma demonstra que essa variável segue uma distribuição aproximadamente normal e, portanto, é bem adequada para uma análise de regressão.

Figura 1 - Histograma dos Escores de Progresso dos ODM Ajustados



Fonte: Autor (2019).

Ambos os modelos usam dados de 141 países em desenvolvimento, já que os dados sobre o progresso dos ODM estão disponíveis apenas para esses países. Quando os dados não estão disponíveis para alguns países no ano de destino, dados alternativos foram obtidos dos últimos anos mais próximos das mesmas fontes de dados. A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva básica para as variáveis independentes e dependentes.

Tabela 4 - Estatísticas Descritivas

	VR	EP	EG	QR	ED	CC	Índice ODM
Média	2.14	2.11	2.01	2.04	1.99	2.01	4.04
Mediana	2.17	2.15	1.97	2.06	1.97	1.95	4.5
Max.	3.69	3.86	3.69	3.98	3.75	3.93	8
Min.	0.42	-0.33	0.32	0.06	0.15	0.76	0
Desvio Padrão	0.82	0.88	0.6	0.69	0.67	0.57	1.65

Fonte: Autor (2019)

4 Resultados e discussões

4.1 Resultado das regressões

Como discutido na seção anterior, o presente artigo esperou que houvesse uma relação positiva entre cada uma das dimensões de governança e as variáveis de progresso dos ODM. Como demonstrado no modelo 1, isso só é confirmado em duas

das dimensões da governança. Nomeadamente, a eficácia do governo e o estado de direito têm efeitos positivos no cumprimento dos ODM. Conforme ilustrado na Tabela 4, a eficácia do governo tem um impacto positivo e significativo no progresso com os ODM, com um valor de coeficiente de 1,15 e valor-p um pouco abaixo do limiar de significância de 0,10. Em termos de magnitude de coeficientes, o segundo maior efeito vem do Estado de Direito, com a estimativa de 1,21 que está novamente abaixo do nível de significância de 0,05. Ambos os efeitos parecem não apenas estatisticamente, mas substantivamente significativos. Por exemplo, se um país melhorasse a sua eficácia governamental através de um desvio padrão, isto poderia ter o efeito equivalente de aumentar a sua pontuação no progresso dos ODM em quase um ponto. Essa pode ser a diferença entre não progredir e estar no caminho certo para alcançar um dos ODM. Um efeito similarmente grande parece estar associado à variável do estado de direito.

O primeiro e muitos dos outros modelos também ilustram alguns resultados bastante surpreendentes. Mais notavelmente, em contraste com as hipóteses e grande parte da literatura de desenvolvimento, o controle da corrupção tem um impacto negativo significativo no progresso com os ODM, com uma estimativa de -1,46 e p-valor <0,05. Igualmente surpreendente, embora não tão grande, o indicador de voz e responsabilização para a democracia também mostra um efeito negativo com a estimativa de -0,52 e p-valor <0,10. Outro conjunto de resultados digno de nota nos modelos 1 envolve os dois últimos coeficientes do indicador WGI para estabilidade e qualidade regulatória. Os coeficientes de ambas as variáveis não são estatisticamente discerníveis de zero. Por último, mas não menos importante, o PIB per capita não é estatisticamente significativo comum p-valor > 0,10. Assim, o PIB per capita não parece afetar a correlação entre o progresso com os ODM e o WGI. Uma breve revisão dos modelos na Tabela 5 segue na Tabela 6; discussão adicional seguirá em outros modelos 2-5 na Tabela 4 na seção 4 sobre multicolinearidade.

Tabela 5 - Resultado dos Modelos de Regressão¹

Modelo # Variáveis	1	2	3	4	5
Intercepto	2,15*	2,71***	2,73***	2,64***	3,09**
	(0,97)	(0,48)	(0,50)	(0,00)	(0,52)

1 O erro padrão estimado dos coeficientes estimados das variáveis independentes é listado entre parênteses abaixo dos preditores.

O PIB é um registro do PIB real per capita.

Os valores de significância são codificados como: O '***' 0,001 '**' 0,01 '*' 0,05 '.' 0,1 '' 1. A significância sugere a probabilidade de que o coeficiente estimado possa realmente ser igual a zero. Assim, quanto menor o valor de significância, menor a probabilidade de que o coeficiente real seja igual a zero.

Fonte: Centro para o Desenvolvimento Global, MDGs Progress Index 2011; Banco Mundial, conjunto de dados PIB per capita 2009-2013 (US \$) * e Indicadores de Governança do Banco Mundial, 2012.

* Para países sem dados no período de 2009-2013, a pontuação foi retirada dos dados disponíveis; Belize (2011), Cuba (2011), Djibuti (2007), Líbia (2009), República Árabe da Síria (2007), Myanmar (dados da ONU, 2011).

Modelo # Variáveis	1	2	3	4	5
Voz	-0,52 (0,28)	-0,50* (0,24)	-0,024 (0,23)	-0,20 (0,38)	-0,68** (0,26)
Corrupção	-1,46** (0,55)	-1,41* (0,52)	0,667* (0,32)	-0,68* (0,15)	-1,13 (0,56)
Leis	1,20* (0,58)	1,39 ** (0,50)			1,63* (0,55)
Eficiência	1,15 (0,69)	1,23* (0,45)		1,67*** (0,00)	0,65 (0,44)
Regulamento	-0,04 (0,46)				
Estabilidade	0,20 (0,26)				
PIB	0,11 (0,15)				
Ásia					0,95* (0,39)
África					-0,48 (0,32)
América Latina					0,72 (0,41)
Erro Padrão da Regressão	1,51	1,50	1,56	1,54	1,42
R2	0,18	0,18	0,12	0,15	0,29

Fonte: Autor (2019).

Tabela 6 - Resumo dos Modelos de Regressão Utilizados

Modelo 1	<p>O modelo completo de regressão multivariada: regride todos os seis WGIS com controles para lnGDP no MDGs Progress Index.</p> <p>O modelo mostra a estrutura básica dos resultados com regras positivas e significativas do Estado de Direito e da eficácia governamental e coeficientes negativos e significativos na voz e responsabilidade e controle dos coeficientes de corrupção.</p>
-----------------	---

Modelo 2	Um modelo de regressão multivariada simplificado: regride quatro WGIS de interesse para o Índice de Progresso dos ODM. Similar aos resultados acima, o modelo mostra a estrutura básica dos resultados com regras positivas e significativas do Estado de Direito e da eficácia governamental e coeficientes negativos e significativos na voz e responsabilidade e controle dos coeficientes de corrupção.
Modelo 3	Um modelo de regressão multivariada simplificado: regride o controle sobre a corrupção e a voz e a responsabilidade no Índice de Progresso dos ODM. O modelo mostra um controle significativo e positivo sobre o coeficiente de corrupção sem outros WGIS; sugere possível multicolinearidade. O modelo também mostra que o coeficiente de voz e responsabilidade é negativo e não é estatisticamente significativo
Modelo 4	Uma versão elaborada do modelo 3: regride a eficácia do governo, o controle sobre a corrupção e a voz e a responsabilidade no Índice de Progresso dos ODM. O modelo mostra que o controle sobre a corrupção muda quando a eficácia do governo é incluída no modelo; sugere possível multicolinearidade.
Modelo 5	O modelo de variável dummy: regride quatro WGIS de interesse, bem como variáveis dummy regionais no Índice de Progresso dos ODM. O modelo mostra que a eficácia do governo não é mais significativa quando as variáveis fictícias da Ásia e da África são adicionadas ao modelo; sugere que as regiões podem absorver parte do poder explicativo da eficácia do governo.

Fonte: Autor (2019).

Para testar a robustez das relações estimadas e o controle de propriedades particulares de diferentes regiões, um conjunto de regressões foi executado com variáveis *dummy* para a Ásia, América Latina e África (Modelo 5). Os resultados deste modelo de controle regional também são interessantes. Semelhante ao primeiro modelo, a variável do estado de direito parece ser estatisticamente e substantivamente significativa em aproximadamente a mesma magnitude que os outros modelos. Também comparável a muitos dos modelos anteriores, o Modelo 5 revela que tanto o controle da corrupção quanto a voz e a responsabilidade são estatisticamente significantes e seguem a direção oposta àquela discutida em grande parte da literatura de desenvolvimento. O tamanho relativo dos coeficientes estimados é aproximadamente o mesmo que o modelo 1 - com um aumento modesto no valor negativo para voz e responsabilidade e queda modesta no negativo valor do controle da corrupção.

A conclusão digna é que os controles para as variáveis *dummy* regionais para a Ásia e a América Latina parecem ter um efeito positivo no progresso dos ODM. *Ceteris paribus*, os países da Ásia tenderam a pontuar um ponto a mais no índice de progresso dos ODM do que os países de fora dessas três regiões (Europa Central e Oceania). Ser da América Latina tem um efeito quase tão grande. Tão interessante quanto, com os

controles para diferentes regiões, esse impacto da eficácia do governo parece desvanecer-se. Isto é, não é mais estatisticamente significativo como sugerido pela mudança no valor de $p > 10$. Isso sugere que pode haver uma correlação entre a Ásia e a América Latina, por um lado, e níveis mais altos de eficácia do governo, por outro. Tal correlação entre duas variáveis independentes pode causar instabilidade nas estimativas de variância da variável preditora correlacionada - neste caso, a eficácia do governo. Essa condição é conhecida como multicolinearidade e é discutida em maiores detalhes na próxima seção.

4.2 Multicolinearidade

Um dos resultados curiosos dos modelos de regressão são os sinais negativos nos coeficientes para as variáveis voz e responsabilização e controle sobre a corrupção. Este resultado parece contrariar a visão convencional de que os países com níveis mais altos de voz e responsabilidade e controle de corrupção fariam mais progresso nas metas de desenvolvimento. Esse resultado é ainda mais curioso quando as outras variáveis de controle são removidas do modelo; nas formas reduzidas do modelo de controle da corrupção parece ter um efeito positivo no progresso dos ODM (ver Modelo 3 na Tabela 4).

Uma possível explicação para o resultado inesperado no Modelo 1 é que o controle de variáveis de corrupção está intimamente correlacionado com outras variáveis independentes no modelo, como o governo eficácia ou estado de direito. Uma forte correlação entre duas ou mais variáveis independentes pode dar origem à multicolinearidade já mencionada. A multicolinearidade pode causar erros padrão grandes nos coeficientes de regressão, o que pode fazer com que os parâmetros reais do modelo se tornem instáveis e assim, diminuam os valores t. Um sinal relacionado de multicolinearidade é a geração de estimativas de coeficiente com o sinal errado - como pode ser o caso com o controle da corrupção.

Três etapas podem ser tomadas para verificar se a multicolinearidade existe e se seu possível efeito nas estimativas dos coeficientes justifica preocupação. A primeira etapa envolve a geração de uma matriz de correlação que ilustra a correlação pareada simples entre as diferentes variáveis de controle no modelo. Conforme ilustrado na Tabela 6, aparecem várias relações fortes entre as variáveis de governança; alguns chegam muito perto do nível que é considerado um limiar além do qual é provável que haja problemas com as estimativas no modelo. Particularmente preocupante é a forte correlação entre a eficácia do governo, o estado de direito e o controle de variáveis de corrupção.

Tabela 7 - Coeficientes de Correlação entre Variáveis de Governança

	Voz	Estabilidade	Eficiência	Regulamento	Leis	Corrupção
Voz	1	0,66	0,66	0,72	0,77	0,68
Estabilidade	0,66	1	0,59	0,49	0,78	0,71

	Voz	Estabilidade	Eficiência	Regulamento	Leis	Corrupção
Eficiência	0,66	0,59	1	0,88	0,85	0,86
Regulamento	0,72	0,49	0,88	1	0,76	0,73
Leis	0,77	0,78	0,85	0,76	1	0,88
Corrupção	0,68	0,71	0,86	0,73	0,88	1

Fonte: Autor (2019).

Um segundo passo envolve examinar mais de perto o que é conhecido como o fator de inflação da variância (VIF). O fator de inflação da variância (VIF) fornece uma indicação indiscutivelmente melhor se e em que medida a multicolinearidade está afetando o sinal e a significância das variáveis-chave. O VIF pode ser calculado para cada variável preditora, executando uma regressão linear desse preditor de interesse em todas as outras variáveis independentes e, em seguida, obtendo o R2 dessa regressão. O VIF toma então o inverso do 1 subtraído do R2 ou $1 / (1-R2)$. Embora não exista uma regra dura e rápida, em geral os VIFs acima de 10 são um sinal de multicolinearidade (BELSLEY, KUH e WELSCH, 2004), embora outros questionem se existe uma regra padrão para os VIF (O'BRIEN, 2007). No caso do modelo completo, o VIF para a eficácia do governo de 9,79 e o estado de direito de 8,69 aproximam-se muito dos 10 limiares. No entanto, também é importante ressaltar que, quando a qualidade regulatória e a estabilidade política são removidas do modelo - o que é viável, dado que não são significativas nem acrescentam muito poder explicativo ao modelo - o nível do VIF cai abaixo de seis (consulte a Tabela 7). Além disso, quando a qualidade regulatória e a estabilidade política são removidas do modelo, tanto os sinais quanto a magnitude do controle da variável corrupção permanecem essencialmente os mesmos.

Tabela 8 - Fatores Variáveis de Inflação (VIF)

	Modelo Completo	Modelo com Qualidade Regulatória, Estabilidade e PIB removidos	Modelo com Voz, Regulamentação, Estabilidade e PIB removidos
Voz e Responsabilização	3,02	2,44	
Corrupção	5,68	5,55	5,55
Eficácia do Governo	9,79	4,49	4,5
Leis	8,69	6,85	5,44
Qualidade Regulatória	5,4		

	Modelo Completo	Modelo com Qualidade Regulatória, Estabilidade e PIB removidos	Modelo com Voz, Regulamentação, Estabilidade e PIB removidos
Estabilidade	3,02		
PIB	1,56		

Fonte: Autor (2019).

Um diagnóstico final envolve um procedimento conhecido como regressão de rebordo. A regressão de *Ridge* envolve a introdução de pequenos graus de polarização nos elementos diagonais da matriz de correlação. Se a introdução de uma pequena quantidade de viés leva a uma mudança significativa no valor e /ou sinal dos preditores, então pode-se sentir razoavelmente seguro que a colinearidade está causando problemas para os coeficientes estimados. Curiosamente, usando este procedimento, a única variável que parece ser sensível à multicolinearidade é a regulação variável de qualidade em oposição às outras variáveis apresentadas no modelo 5.

5 Limitações da pesquisa

Ao considerar a robustez das principais conclusões do trabalho, também é importante sublinhar as limitações. Uma dessas limitações está relacionada aos dados do WGI usados para propriedades funcionais chave de governança do proxy. A variável WGI tem sido alvo de várias críticas notáveis. Por exemplo, alguns argumentam que o WGI não consegue captar a realidade dos países estrutura de governança devido a: 1) seus vieses perceptivos e problemas de seleção; 2) falta de evidências convincentes sobre o efeito da governança no crescimento de longo prazo devido a recursos de dados baseados no recente crescimento de curto prazo; e 3) fraca consideração de mudanças ao longo do tempo devido a indicadores de governança agregados que começam com as médias globais para cada período (LA PORTA, 1997; ARNDT; OMAN, 2006; KURTZ; SCHRANK, 2007; HULME *et al.*, 2014). Os responsáveis pelo desenvolvimento dos indicadores de governança responderam a essas críticas com argumentos bem fundamentados (KAUFMANN *et al.*, 2006, 2007, 2010). Talvez a melhor resposta seja a de que é importante ter em mente que o WGI reflete uma visão de alto nível sobre governança, e pesquisas adicionais serão necessárias para capturar alguns dos mecanismos discutidos na literatura.

Uma segunda limitação possível refere-se ao Índice de Progresso dos ODM. Uma das críticas não só deste índice, mas dos ODM, de maneira mais geral, é que muitas das metas se aplicam de forma desigual nos países (FUKUDA-PARR, 2010). Por exemplo, seria muito mais fácil para um país com níveis já altos de matrícula escolar ultrapassar o limiar dos ODM do que os países que começavam em níveis mais baixos. Como tal, seria relativamente mais fácil para os países progredirem ou

estarem no caminho certo para alcançar um objetivo se já estivessem mais próximos desse objetivo. Embora isso seja de fato uma crítica útil, ela é mitigada até certo ponto pelo sistema de pontuação para a variável do índice dos ODM, o que dá aos países um meio ponto para progredir em direção a uma meta. Essa formulação um pouco áspera dá crédito aos países se eles estão indo na direção certa, mesmo que não estejam em ritmo para alcançar um objetivo àquelas tradições que importam para a variável de resultado em questão. Esta crítica sugere a necessidade de complementar grandes estudos *n*-estatísticos com estudos descritivos menores para complementar as inferências extraídas da análise de dados. De fato, por razões relacionadas às variáveis *dummy* regionais e às outras variáveis do WGI, um acompanhamento lógico seria examinar mais de perto países-chave em diferentes regiões e como diferentes atributos de governança influenciavam os principais resultados de desenvolvimento. Da mesma forma, também seria útil examinar áreas específicas de objetivo para discernir se os relacionamentos revelados por meio da análise de dados sustentam uma meta de água ou energia. A inclusão de metas capacitadoras para meios de implementar metas específicas do setor nos ODGs dá um passo nessa direção.

Um conjunto final de limitações refere-se aos paralelos implícitos entre os ODM e a agenda de desenvolvimento pós-2015. Embora ainda seja muito cedo para prever com precisão como será a agenda de desenvolvimento pós-2015, grande parte da discussão girou em torno do desenvolvimento de um conjunto de metas que são mais ambiciosas, integradas e universais do que os ODM. Como tal, não é totalmente claro que as mesmas propriedades que estavam associadas aos ODM na sua encarnação inicial se aplicarão aos ODM e / ou ODS pós-2015. Para examinar com mais cuidado: possíveis paralelos, pesquisas futuras podem começar com a execução de conjuntos semelhantes de modelos, por exemplo, medidas de sustentabilidade ambiental.

5.1 Recomendações

Em linhas gerais, os achados sugerem alguns resultados que são amplamente consistentes com a literatura de desenvolvimento, a saber, que a eficácia do governo e o estado de direito parecem ter um impacto positivo no progresso com os ODM. No entanto, eles também produzem alguns resultados bastante surpreendentes, a saber, que o controle da corrupção, da voz e da responsabilização parece ter, na melhor das hipóteses, silêncio e, na pior das hipóteses, efeito contraproducente na realização dos ODM do que o esperado pela literatura convencional - embora este achado deva ser tratado com cautela para o controle de variáveis de corrupção. Finalmente, parece haver uma correlação entre a eficácia e os controles regionais da Ásia e da América Latina.

Diversas implicações políticas decorrem desses achados. Primeiro, o estado de direito parece ter um impacto importante na realização dos ODM. Em segundo lugar,

a eficácia do governo também pode ser uma área útil para a melhoria da governança - talvez mais notavelmente na África e / ou na Europa Central. Governos fracos para alguns países da África (EVANS, 1995) podem, portanto, precisar de fortalecimento adicional; pedidos para encolhimento do governo podem precisar de reconsideração (KIMURA, 2007).

Embora esses resultados sejam instigantes, dados e limitações interpretativas, seria melhor examinar mais de perto quais os países que se saíram bem com esses indicadores e por que para orientações mais concretas. Um caso interessante para uma investigação mais profunda é o Chile. O Chile é amplamente considerado como tendo um governo relativamente eficaz e um forte estado de direito, alcançando a pontuação mais alta nos indicadores de efetividade do governo e do Estado de Direito de 2013 do Banco Mundial. Seria, portanto, útil analisar mais cuidadosamente a cadeia de eventos, começando pelas reformas do governo pós Pinochet no Chile e seguindo até o estabelecimento de freios e contrapesos em instituições políticas e jurídicas existentes que ajudaram a apoiar o “estabelecimento multipartidário de coalizão” (HELMKE; LEVITSKY, 2004). A resultante coalizão multipartidária aprovou várias políticas ambientais e econômicas sólidas, bem como padrões contábeis e de governança corporativa que contribuíram para o desenvolvimento do país (PONIACHIK, 2002; CHAVEZ, 2003). A experiência chilena também mostra possível inter-relação entre a eficácia do governo e o estado de direito que poderia ser pesquisado mais de perto no futuro.

Outra área para pesquisa potencialmente frutífera seria expandir o escopo da governança para olhar de maneira mais ampla o papel dos atores fora dos governos. Uma literatura em rápido crescimento sobre governança multinível e “*multi-stakeholder*” ressalta a diversidade de atores que desempenham papéis importantes no fornecimento de bens públicos globais e locais (HOOGES; MARKS, 2001). De particular importância para a agenda de desenvolvimento pós-2015 seriam interações entre o setor público e privado.

Finalmente, muitas das outras variáveis não parecem ter o impacto positivo esperado na governança para os ODS. Esse é o caso do controle de corrupção e voz e responsabilidade. Embora seja importante destacar esses achados, é igualmente importante notar que esses são apenas um de um conjunto de descobertas de vários resultados sobre a relação entre voz e responsabilidade e controle da corrupção e principais indicadores de desenvolvimento. No futuro, seria bom tentar especificações diferentes para testar hipóteses similares àquelas examinadas aqui.

Embora existam claramente mais pistas para investigar, o artigo começa a dar uma luz intrigante sobre as recomendações para a boa governança que são frequentemente defendidas, mas menos frequentemente analisadas. O documento afirma que a governança precisa ser descompactada em seus componentes constitutivos e que sua eficácia real precisa ser avaliada antes que a governança possa ser adotada como uma meta com metas e indicadores concretos pela comunidade

internacional. A necessidade de descompactar a governança deve ter ressonância não apenas para os ODM ou os ODS, mas também para outros tratados e iniciativas internacionais nos quais a governança é considerada importante.

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Economic origins of dictatorship and democracy**. New York: Cambridge University Press, 2006.
- ARNDT, C.; OMAN, C. **Uses and abuses of governance indicators**. [S.l.]: OECD Development Center Study, 2006.
- BARROS, R. J. **Determinants of economic growth: a cross-country empirical study**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1997.
- BELSLEY, D. A., KUH, E.; WELSCH, R. E. **Regression diagnostics: identifying influential data and sources of collinearity**. New York: Wiley, 1980. v. 1, n. 4.
- BERG, L. A.; DESAI, D. Overview on the rule of law and sustainable development for the global dialogue on rule of law and the post-2015 development agenda. [Background Paper presented at the Global Dialogue on Rule of Law and Post-2015 Development Agenda]. 26 set. 2013.
- BERKOWITZ, D. *et al.* Economic development, legality, and the transplant effect. **William Davidson Institute Working Paper**, n. 308, 2000.
- BROWN, D.; MOBARAK, A. The transforming power of democracy: regime type and the distribution of electricity. **American Political Science Review**, v. 103, n. 2, maio 2009, p. 193-213.
- CENTER for global development, MDG progress index: gauging country-level achievements. 2001. Disponível em: <http://www.cgdev.org/page/mdg-progress-index-gauging-country-level-achievements>. Acesso em: 02 maio 2019.
- CHAVEZ, R. B. The construction of the rule of law in Argentina: a tale of two provinces. **Comparative Politics**, v. 35, n. 4, jul. 2003, p. 417-437.
- DOORNBOS, M. Good governance: the rise and decline of a policy metaphor? **The Journal of Development Studies**, v. 37, n. 6, p. 93-108, 2001.
- DZHUMASHEV, R. Is there a direct effect of corruption on growth? **MPRA Paper**, n. 18489, 2009.
- EVANS, P. **Embedded autonomy: states & industrial transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- EVERHART, S. *et al.* Corruption, governance, investment and growth in emerging markets. **Applied Economics**, v. 41, p. 1579- 1594, 2009.

- FUKUDA-PARR, S. Reducing inequality: the missing MDG – a content review of PRSPs and bilateral donor policy statements. **ISD Bulletin**, v. 1, n. 41, 2010.
- GALLUP, J. *et al.* Geography and economic development. **NBER Working Paper**, n. 6849. 1998.
- GRINDLE, M. S. Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries. **Governance**, v.17, n. 4, p. 525-48, 2004.
- GUPTA, S. *et al.* Does corruption affect income inequality and poverty? **IMF Working Paper**, 1998.
- HAGGARD, S. The rule of law and economic growth: where are we? **World Development**, v. 39. n. 5, p. 673-685, 2011.
- HELMKE, G.; LEVITSKY, S. Informal institutions and comparative politics: a research agenda. **Perspectives on Politics**, v. 2. n. 4, p. 725-740, 2004.
- HOOGHE, L.; MARKS, G. Types of multi- level governance. **European Integration online Papers (EIoP)**, v. 5, n. 11, 2001.
- HULME, D. *et al.* Governance as a global development goal? Setting, measuring and monitoring the post-2015 development agenda. **ESID Working paper**, n. 32, 2014.
- HUNTINGTON, S. P. **Political order in changing societies**. New Haven, CT: Yale University Press, 1968.
- KAUFMANN, D., KRRAY, A.; MASTRUZZI, M. Growth and governance: a reply. **The World Bank**, set. 2006. Disponível em: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#doc>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- KAUFMANN, D., KRRAY, A.; MASTRUZZI, M. The worldwide governance indicators project: answering the critics. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 4149, mar. 2007.
- KAUFMANN, D., KRRAY, A.; MASTRUZZI, M. The worldwide governance indicators: methodology and analytical issues. **The World Bank Policy Research Working Paper**, n. 5430, 2010.
- KIMURA, H. Governance discourse and future directions: the second pillar of poverty eradication. **GSID Discussion Paper**, n. 158, 2007.
- KURTZ, M. J.; SCHRANK, A. Growth and governance: models, measures, and mechanisms. **The Journal of Politics**, v. 3, n. 69, 2007.
- LA PORTA, R. *et al.* The quality of government. **Journal of Law Economics and Organization**, v. 15, n. 1, 1999.
- LEFF, N. Economic development through bureaucratic corruption. **American Behavioral Scientist**, v. 8, n. 14, 1964.

MAURO, P. Corruption and growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 110. n. 3, p. 681-712, 1995.

MCARTHUR, J. **Own the goals**: what the millennium development goals have accomplished. [S.I]: The Brookings Institution, 2013.

MELTZER, A. M.; RICHARD, F. S. A rational theory of the size of government. **Journal of Political Economy**, v. 89, p. 914-927, 1981.

MIYAZAWA, I.; OLSEN, S. **Millennium development goals**: what worked well and what should new sustainable development goals do differently? [Blogpost. Independent Research]. 2013. Disponível em: <http://www.irf2015.org/millennium-development-goals-what-worked-well-and-what-should-new-sustainable-development-goals-do>. Acesso em: 04 abr. 2019.

MUKHERJEE, S., CHAKRABORTY, D. Is environmental sustainability influenced by socioeconomic and sociopolitical factors? **cross-country empirical evidence**, 2013.

NAZMUL, C.; HAMMER, J., KREMER, M.; MURALIDHARAN, K.; ROGERS, H. Missing in action: Teacher and health worker absence in developing countries. **The Journal of Economic Perspectives**, vol. 20, n. 1, p. 91–116, 2006.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991

O'BRIEN, R. M. A caution regarding rules of thumb for variance inflation factors. **Quality & Quantity**, v. 41, n. 1, p. 673-690, 2007.

OLSEN, S.; ELDER, M. The role of governance post-2015. **IGES Issue Brief on SDGs**, n. 1, 2013.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United nations millennium declaration. Resolution 55/2**. [Adopted by the General Assembly]. 8 set. 2000.

ONU.ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The road to dignity by 2030**: ending poverty, transforming all lives and protecting the planet. [Synthesis Report of the Secretary-General on the Post-2015 Agenda]. New York, 4 dez. 2014.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Open working group proposal for sustainable development goals. 2014. Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/focussdgs.html>. Acesso em: 11 mai. 2019.

PELLEGRINI, L.; GERLAGH, R. Corruption's effect on growth and its transmission channels. **Kyklos**, v. 57, p. 429-456, 2004.

PONIACHIK, K. **Chile's FDI policy**: past experience and future challenges. [Presented as the OECD Global Forum on International Investment]. Shanghai, 5-6 dez. 2002.

PRZEWORSKI, A. *et al.* **Democracy and development**: political institutions and well-being in the world, 1950-1990. New York: Cambridge University Press, 2000.

RODRIG, D. *et al.* Institutions rule: the primacy of institutions over geography and integration in economic development. **Journal of Economic Growth**, n. 9, p. 131-165, 2004.

ROSS, M. Is democracy good for the poor? **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 4, p. 860-74, 2006.

SEN, A. **Development as freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1998.

SEN, A. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. New York: Oxford University Press, 1981.

VANDEMOORTELE, J.; DELAMONICA, E. Taking the MDGs beyond 2015: hasten slowly. **IDS Bulletin**, v. 41, n. 1, p. 60-69, 2010.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WEISS, T. G. Good governance and global governance: conceptual and actual challenges. **Third World Quarterly**, v. 21, n. 5, p. 795-814, 2000.